



Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- Atos Normativos
- Dados estatísticos de Acidente de Trabalho
- Dados estatísticos de Fiscalização

Destaque da Semana

[STF invalida norma da Reforma Trabalhista que permitia trabalho de grávidas e lactantes em atividades insalubres](#)

Supremo Tribunal Federal - 29/05/2019

O Plenário do STF, por maioria de votos, julgou procedente a ADI 5938 para declarar inconstitucionais trechos de dispositivos da CLT inseridos pela Reforma Trabalhista que admitiam a possibilidade de trabalhadoras grávidas e lactantes desempenharem atividades insalubres em algumas hipóteses. Para a corrente majoritária, a expressão “quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher”, contida nos incisos II e III do artigo 394-A da CLT, afronta a proteção constitucional à maternidade e à criança.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)

[Suspensa decisão que permitia desconto de contribuição sindical sem manifestação do empregado](#)

Supremo Tribunal Federal - 28/05/2019

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar na Reclamação (RCL) 34889 para suspender decisão em que o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) havia determinado que a Aeromatrizes Indústria de Matrizes Ltda. descontasse de seus empregados a contribuição para o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul. Segundo a ministra, é plausível a alegação de que o TRT descumpriu o decidido pelo STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5794, em que foi assentada a constitucionalidade deste ponto da Reforma Trabalhista.

[Motorista de caminhão com tanque reserva tem direito a adicional de periculosidade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 30/05/2019

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Golden Cargo Transportes e Logística Ltda. a pagar o adicional de periculosidade a um motorista carreteiro que conduzia caminhão com tanque reserva com capacidade de 360 litros. Na decisão, a Turma seguiu o entendimento do TST de que é devido o adicional quando o veículo possuir um segundo tanque extra ou reserva com capacidade superior a 200 litros, mesmo que seja para consumo próprio.

[Conduta abusiva de comissão disciplinar gera indenização](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/05/2019

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou um banco a indenizar um empregado que, ao ser submetido a processo administrativo disciplinar, foi vítima de conduta abusiva por parte da comissão encarregada de investigar os fatos. Gravações comprovaram que, na inquirição, os integrantes da comissão chegaram a usar expressões de baixo calão, conduta que, segundo a Turma, afrontou a dignidade do trabalhador.

[Operário ganha indenização por ter o corpo revistado na saída da fábrica](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/05/2019

A RM Manutenção Industrial e a FCA Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda. foram condenadas pela Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho a indenizar um montador de telhados que era submetido a revista íntima na saída da fábrica. A revista não era apenas visual em bolsas e sacolas, mas física, por meio de apalpação no corpo.

[Enamat e ESMPU firmam parceria voltada para a efetividade da execução trabalhista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/05/2019

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat) e a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) celebraram, na segunda-feira (27), acordo de cooperação técnico-científica, acadêmica e cultural. O documento foi assinado pelo diretor da Enamat, ministro Vieira de Mello Filho, e pelo diretor-geral da ESMPU, João Akira Omoto.

[Prescrição garantida a filha menor não se estende à viúva de vítima de acidente](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/05/2019

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho extinguiu uma reclamação trabalhista em relação à viúva de um eletricista da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) vítima de acidente de trabalho, mantendo-a apenas em relação à filha menor de idade. Unanimemente, a Turma entendeu que a suspensão do prazo prescricional aplicável à filha, que tinha 14 anos na época do ajuizamento da ação, não se estende à mãe.

[Amianto: prescrição começa a contar a partir de ciência da doença](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/05/2019

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou que o juízo da 64ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro (RJ) julgue a reclamação trabalhista ajuizada por um servente que foi dispensado da Eternit S. A. em 1996 e, em 2012, foi diagnosticado com doença decorrente da exposição ao amianto. Segundo a Turma, por se tratar de caso em que o conhecimento da lesão ocorreu após a vigência da [Emenda Constitucional 45/2004](#), a jurisprudência do TST aplica a prescrição quinquenal trabalhista.

[Inspeção do Trabalho recupera em quatro meses mais de R\\$ 2 bilhões não recolhidos de FGTS](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 30/05/2019

A Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério da Economia recuperou, nos quatro primeiros meses de 2019, R\$ 2,06 bilhões para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O resultado é 35,81% superior ao alcançado no mesmo período de 2018, quando o valor recuperado foi de R\$ 1,51 bilhão. As maiores recuperações registradas no primeiro quadrimestre de 2019 ocorreram nos estados de São Paulo (R\$ 323 milhões), Rio de Janeiro (R\$ 178 milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 116 milhões) e Minas Gerais (R\$ 115 milhões).

[Direitos e garantias de Previdência e Assistência estão preservadas, afirma secretário](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 30/05/2019

Todos os direitos e garantias constitucionais de Previdência e Assistência Social continuarão na Constituição Federal, garantiu nesta quinta-feira (30) o secretário especial adjunto de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, em audiência pública da comissão especial na Câmara dos Deputados. O tema era Transição e Desconstitucionalização da Proposta de Emenda à Constituição 06/2019, a PEC da Nova

Previdência.

[Rolim defende capitalização, mas ressalta que proposta do governo não cria novo sistema](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 29/05/2019

O secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, disse nesta quarta-feira (29) que a proposta de criação do regime de capitalização, dentro da Nova Previdência, garante os princípios da contributividade e da solidariedade, previstos na Constituição Federal, com a garantia do piso de um salário mínimo para aposentadoria.

[Em Santa Catarina, auditora fiscal do Trabalho assume chefia da Fundacentro](#)

Fundacentro - 27/05/2019

A auditora fiscal do Trabalho, Rosemary Dutra Leão, tomou posse hoje, 27 de maio, como chefe do Centro Estadual de Santa Catarina – Cesc, da Fundacentro. A posse contou com a presença da presidente da instituição, Marina Battilani, que aproveitou a ocasião para se reunir com os servidores e discutir planos de trabalho em conjunto com a nova chefia.

[MPT declara apoio a projetos de lei em defesa dos trabalhadores terceirizados](#)

Ministério Público do Trabalho - 29/05/2019

Na última terça-feira (28), na Câmara dos Deputados, o Ministério Público do Trabalho (MPT) alertou para a necessidade de leis que reforcem a proteção aos direitos dos trabalhadores terceirizados. “Infelizmente, a terceirização virou sinônimo de precarização. Mas nós não podemos permitir que continue esse aviltamento da dignidade dos terceirizados. Eles não são trabalhadores de segunda categoria!”, pontuou a vice-coordenadora nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública (Conap), a procuradora do MPT Ana Cristina Desirée Tostes Ribeiro.

[Lançado plano de proteção às trabalhadoras gestantes e lactantes](#)

Ministério Público do Trabalho - 28/05/2019

“Propiciar um ambiente agradável, afetivo e pacífico às gestantes e lactantes, em casa, no trabalho, no dia a dia, dando prioridade e auxiliando-as”, essa foi a base para a construção conjunta do Plano de Proteção à Gestante e à Lactante Trabalhadora. Resultado de parceria com diversas instituições, o plano foi apresentado pelo Ministério Público do Trabalho hoje, 28, Dia Mundial pela Saúde da Mulher e Nacional de Redução da Mortalidade Materna.

[100 anos da OIT – SINAIT participa de Seminário da USP e denuncia desidratação da Inspeção do Trabalho no Brasil](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 31/05/2019

O debate ocorre a poucos dias da realização da 108ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, Suíça. O Auditor-Fiscal do Trabalho Renato Bignami, representante do SINAIT, lembrou que a reforma trabalhista promovida no Brasil será novamente objeto de discussão durante o evento. No ano passado, o presidente do SINAIT, Carlos Silva, e o presidente da Confederação Iberoamericana de Inspetores do Trabalho, Sergio Voltolini, participaram da Conferência e tiveram oportunidade de integrar o grupo de sindicalistas que denunciou violações de direitos dos trabalhadores em medidas aprovadas pela reforma. A OIT interpelou o governo brasileiro sobre o tema, mas ainda não há uma conclusão sobre o processo.

[Lista Suja: MPT aciona bancos que concederam crédito a empresas relacionadas à exploração de trabalho escravo](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 28/05/2019

O Ministério Público do Trabalho – MPT ingressou, no dia 14 de maio, na Justiça do Trabalho em São Paulo, com ações civis públicas contra o Banco do Brasil, Bradesco, BTG Pactual, Caixa Econômica Federal, Itaú, Safra e Santander por negligenciamento do risco socioambiental na concessão de crédito a negócios relacionados à exploração de trabalho escravo e a violações de direitos humanos. As empresas financeiras, entre outras acusações, concederam crédito a clientes que figuravam na Lista Suja do trabalho escravo do governo federal, com violação à [Resolução 3.876 de 2010 do Conselho Monetário Nacional](#).

[Erro 301. O que fazer?](#)

Portal eSocial - 31/05/2019

Algumas empresas têm reportado que receberam o erro 301, ao enviar arquivos ao eSocial. Mas o que é o erro 301? O que fazer quando ele ocorrer? A equipe técnica do eSocial esclarece a questão e orienta os usuários. O código de erro 301 é utilizado pelo eSocial para tratar situações não esperadas pelo Sistema. São duas situações que geram erros 301:

- Falha Temporária; e
- Falha não catalogada.

[Intervalo intrajornada firmado antes da reforma não pode ser invalidado](#)

Consultor Jurídico - 30/05/2019

Contratos trabalhistas de antes da reforma não podem ter redução de intervalo intrajornada estipulado por norma coletiva. Com este entendimento, a 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou uma

montadora ao pagamento do valor total do intervalo intrajornada a um trabalhador da fábrica de São Bernardo do Campo (SP).

[Jornada de trabalho de 15 horas causa dano existencial, define TST](#)

Consultor Jurídico - 30/05/2019

Ter jornada de trabalho de 15 horas seguidas é sofrer dano existencial, decidiu a 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho. A corte condenou uma empresa a indenizar em R\$ 10 mil um motorista por submetê-lo a jornadas extenuantes com frequência.

[Leia o voto do relator sobre proibição de grávidas em locais insalubres](#)

Consultor Jurídico - 29/05/2019

Os direitos sociais foram consagrados pela Constituição como direitos fundamentais. Reduzir seu alcance, portanto, afronta diretamente as garantias mais nobres descritas no texto constitucional. Foi como [votou](#) o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, ao declarar inconstitucional trecho da reforma trabalhista que autorizava grávidas a trabalhar em local insalubre. Segundo ele, a Constituição Federal proclama importantes direitos em seu artigo 6º, entre eles a proteção à maternidade.

[Justiça Federal deve julgar auxílio-acidente cessado por aposentadoria](#)

Consultor Jurídico - 29/05/2019

Compete à Justiça Federal o julgamento de ação em que um aposentado pede a restauração do recebimento de auxílio-acidente, cessado em razão da concessão de aposentadoria por idade. A decisão é da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça.

[TRT-18 limita valor de multa normativa ao montante da obrigação principal](#)

Consultor Jurídico - 27/05/2019

A 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) limitou o valor de multa normativa ao montante da obrigação principal. Os desembargadores entenderam que a cláusula normativa que estabelece multa tem a mesma natureza jurídica da cláusula penal.

Atos Normativos

[INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 62, DE 10 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 28/05/2019 Seção I Pág. 10) - Dispõe sobre o registro automático previsto nos §§ 3º ao 6º do art. 42 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, incluídos pela Medida Provisória nº 876, de 13 de março de 2019;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.895, DE 27 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 28/05/2019 Seção I Pág. 17) - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 924, DE 28 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 29/05/2019 Seção I Pág. 20) - Altera a Resolução nº 320, de 1999, que trata do Regimento Interno do Conselho Curador do FGTS.

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 926, DE 28 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 29/05/2019 Seção I Pág. 20) - Aprova o desenvolvimento do Projeto FGTS - Digital com objetivo de aperfeiçoar a arrecadação, a prestação de informações aos trabalhadores e aos empregadores, a fiscalização, a apuração, o lançamento e a cobrança dos recursos do FGTS;

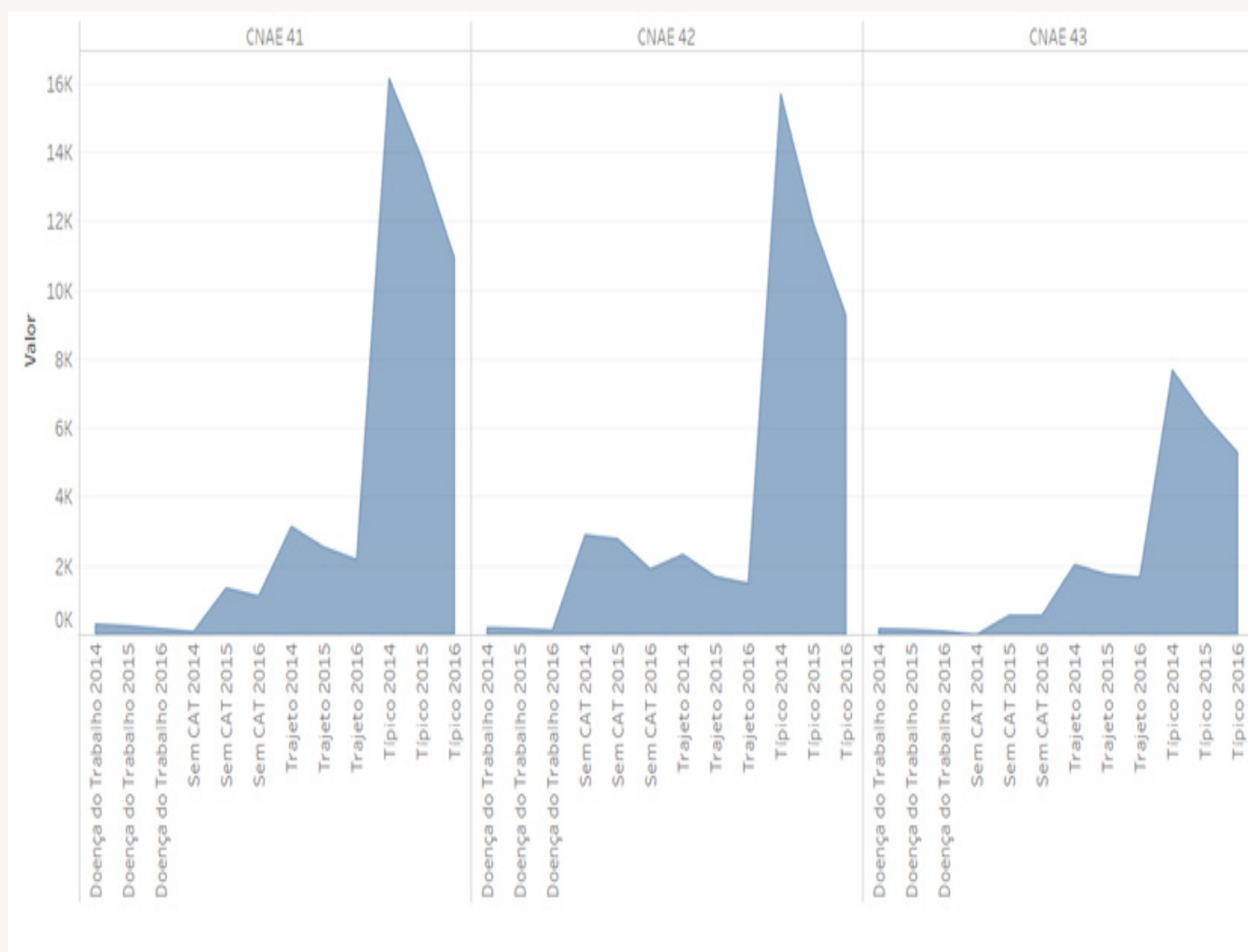
[DECRETO Nº 9.810, DE 30 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 30/05/2019 - Edição Extra – Pág. 06) - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional;

[DECRETO Nº 9.812, DE 30 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 31/05/2019 Seção I Pág. 01) - Altera o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal;

Dados Estatísticos de Acidentes de Trabalho

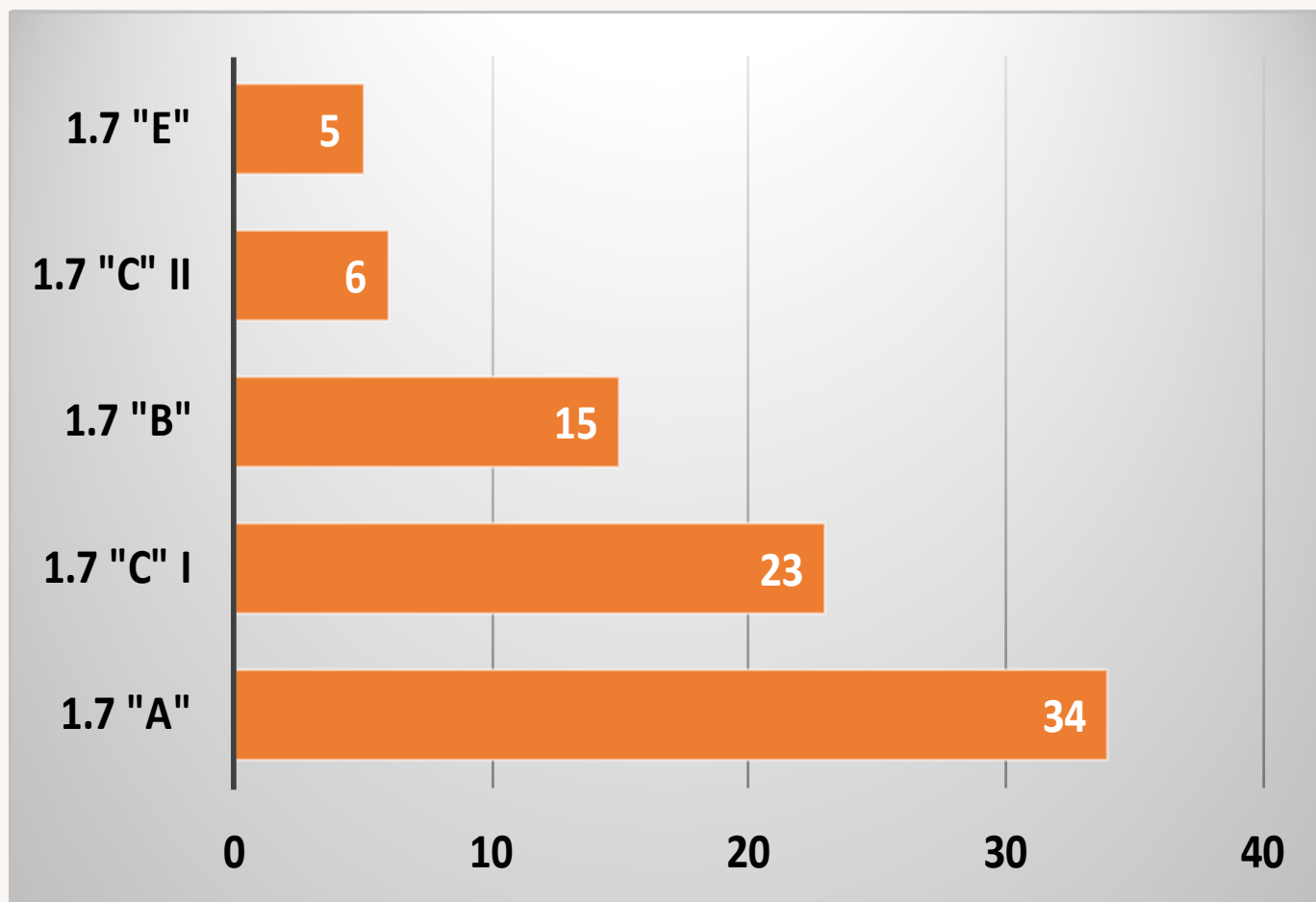
As informações constantes no gráfico abaixo referem-se aos dados estatísticos de acidentes no trabalho extraídos do Anuário Estatístico de Acidentes no Trabalho – AEAT da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia.

Apresentamos um comparativo dos acidentes por CNAE (41 – Construção de edifícios; 42 – Obras de infraestrutura; e 43 – Serviços especializados para construção) sendo eles os acidentes por doença ocupacional, acidentes sem emissão da comunicação de acidente de trabalho – CAT, além dos acidentes de trajeto e típicos, registrados nos anos de 2014, 2015 e 2016, na indústria da construção.



Dados Estatísticos de Fiscalização

Os 5 (cinco) itens da Norma Regulamentadora 01 (Disposições Gerais) mais capitulados como “Regularizado na Ação Fiscal” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

***Regularizados na Ação Fiscal:** É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram corrigidos pelas empresas ao longo da ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “autuações” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

Dados Estatísticos de Fiscalização

1.7. Cabe ao empregador:

a) cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho;

1.7. Cabe ao empregador:

c) informar aos trabalhadores:

I - os riscos profissionais que possam originar-se nos locais de trabalho;

1.7. Cabe ao empregador:

b) elaborar ordens de serviço sobre segurança e saúde no trabalho, dando ciência aos empregados por comunicados, cartazes ou meios eletrônicos;

1.7. Cabe ao empregador:

c) informar aos trabalhadores:

II - os meios para prevenir e limitar tais riscos e as medidas adotadas pela empresa;

1.7. Cabe ao empregador:

e) determinar os procedimentos que devem ser adotados em caso de acidente ou doença relacionada ao trabalho.

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico